

IX CONGRESSO INTERNACIONAL DA BRASA

Mesa: POLITICS, ECONOMICS AND CULTURE IN POST-1930 BRAZIL

Coordenador: PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA (UFRGS/ BRASIL)

Título do Trabalho: PROJETO NACIONAL E POLITIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS, 1945-1964.

Autora: LIGIA MARIA OSORIO SILVA (UNICAMP/BRASIL)

RESUMO

Nas sociedades tradicionais, como as da América Latina, as forças armadas se destacam até certo ponto por se diferenciarem do restante da sociedade. A organização militar se choca com as estruturas tradicionais em razão do uso que faz da tecnologia, à sua ética diferenciada e ao tipo de treinamento ao qual são submetidos seus integrantes, características geralmente importadas dos países desenvolvidos que servem de modelo. Sua devoção à nação cria áreas de fricção com sociedades tradicionais nas quais o ideal nacional ainda não penetrou. Entretanto, cabe ressaltar que os oficiais não rejeitam toda tradição: são devotados à sua própria tradição militar e dada a estrutura interna da corporação são altamente respeitadores da hierarquia, inclusive a social, conservada pela sociedade tradicional. Observa-se então uma divisão bipolar nas forças armadas: de um lado, nacional e intrinsecamente dependente do desenvolvimento tecnológico e, de outro, ordeira e hierárquica.

O trabalho enfatiza o envolvimento dos militares com o debate sobre a formulação de um projeto nacional e, em especial, sobre alguns aspectos do modelo econômico de desenvolvimento a ser implementado. Discute como a partir das reformas de Góes Monteiro os militares reforçaram a instituição e apoiaram a criação de um Estado forte, capaz de levar adiante a industrialização, através do controle nacional sobre a economia e o sistema político para assegurar a defesa nacional e suas bases materiais. A *Revista do Clube Militar* reflete o processo de politização e serve de barômetro à divisão entre os nacionalistas de esquerda e os “autoritários”. A adesão militar ao desenvolvimentismo, e a aversão compartilhada com grupos conservadores civis à democracia e ao trabalhismo, acabariam levando ao golpe de 1964 e separando os ideais de desenvolvimento econômico das aspirações de desenvolvimento social.

O envolvimento das forças armadas com a questão do desenvolvimento nas “novas nações” tem merecido a atenção dos especialistas, destacando-se os trabalhos de Morris Janowitz, Samuel Huntington e John Johnson.¹ Dentro dessa perspectiva algumas análises tomam a América Latina como objeto privilegiado de estudo. É o caso de especialistas como Edwin Lieuwen, Victor Alba e Alain Rouquié², além do próprio Johnson. Algumas das idéias ventiladas por esses autores devem ser retidas para a compreensão do caso brasileiro.

¹ Morris Janowitz, *The military in the political development of New Nations: an essay in comparative analysis*, Chicago, Univ. of Chicago, 1964. Samuel Huntington, *The Soldier and the State. The theory and Politics of civil-Military relations*. Cambridge Mass.: Harvard University Press, 1957. John Johnson (ed.), *The role of the military in underdeveloped countries*, Princeton University Press, 1962. Sobre o papel de Johnson nos estudos sobre a América Latina ver João Feres Jr., *A história do conceito de “Latin América” nos Estados Unidos*, São Paulo: Edusc/Anpocs, 2005, p.147-164.

² Edwin Lieuwen, *Arms and Politics in Latin America*, New York: Council on Foreign Relations/Frederick Praeger Publisher, 1961; Victor Alba, “The stages of Militarism in Latin America” in J. Johnson (ed.), ob. Cit., pp.165-183.;

Em muitos Estados em fase de organização do chamado Terceiro Mundo os militares agiram como uma força revolucionária contribuindo para a desintegração da ordem política tradicional e, enquanto agentes da modernização, foram considerados representantes das aspirações das classes médias e forneceram mão de obra especializada de caráter técnico e administrativo.

Nas sociedades tradicionais, como as da América Latina, as forças armadas se destacam até certo ponto por se diferenciarem do restante da sociedade. A organização militar se choca com as estruturas tradicionais em razão do uso que faz da tecnologia, da sua ética diferenciada e do tipo de treinamento ao qual são submetidos seus integrantes, características geralmente importadas dos países desenvolvidos que servem de modelo. Sua devoção à nação cria áreas de fricção com sociedades tradicionais nas quais o ideal nacional ainda não penetrou. Entretanto, cabe ressaltar que os oficiais não rejeitam toda tradição: são devotados à sua própria tradição militar e dada a estrutura interna da corporação são altamente respeitosos da hierarquia, inclusive a social, conservada pela sociedade tradicional. Observa-se então uma divisão bipolar nas forças armadas: de um lado, nacional e intrinsecamente dependente do desenvolvimento tecnológico e, de outro, ordeira e hierárquica.

O processo de modernização que transformou sociedades tradicionais em Estados modernos envolveu, é claro, a introdução das indústrias e para tanto, a adoção de modelos de industrialização. O envolvimento dos militares latino-americanos com esse processo também tem sido objeto de inúmeros trabalhos³. Sem desprezar a contribuição desses estudos neste trabalho, escolhemos partir da perspectiva original que Alexander Gerschenkron desenvolveu em *El Atraso Económico en su Perspectiva Histórica*⁴, embora conscientes de que a intenção do autor não foi explicar o envolvimento dos militares com o processo de industrialização.

A tese de Gerschenkron é de que um relativo atraso cria uma tensão entre a promessa de desenvolvimento econômico, como aquele alcançado por outros países e a continuidade da estagnação. Essa tensão toma uma forma política e origina a motivação para a mudança institucional que por sua vez substitui as pré-condições do crescimento ausentes até então. Quanto maior o grau de atraso, mais intervenção é necessária na economia de mercado para direcionar capital e liderança empresarial para as indústrias nascentes. E, também, maior é a necessidade da adoção de medidas coercitivas e abrangentes para reduzir o consumo doméstico e

Alain Rouquié, *Pouvoir Militaire et Société Politique en République Argentine*, Paris : Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, 1978.

³ Para o caso brasileiro destaca-se o artigo de Stanley Hilton, « The Armed Forces and Industrialists in Modern Brazil: the Drive for Military Autonomy (1889-1954) », *Hispanic American Historical Review*, vol.62, N.4, novembro 1982, pp. 629-673.

⁴ A. Gerschenkron, *El Atraso Económico en su Perspectiva Histórica*, Barcelona, Ariel, 1968, Cap. I, pp.15-38.

ajudar a poupança nacional. O atraso também torna provável a ocorrência de outra série de características, tais como a ênfase na produção de bens de produção ao invés de bens de consumo e a dependência da tecnologia avançada estrangeira ao invés do uso de técnicas próprias. Enfim, é também menos provável que o setor agrícola constitua um mercado crescente para a indústria que depende em maior grau do aumento da produtividade e do intercâmbio inter-setorial para crescer. Esse crescimento desigual implica na participação do Estado.

A noção central da teoria de Gerschenkron é o papel positivo desempenhado pelo atraso econômico relativo na indução do uso sistemático de processos substitutivos para os pré-requisitos do crescimento industrial. A intervenção estatal compensou a falta de capital, de mão de obra especializada e de capacidade tecnológica que existiam nos países sequiosos de se industrializar. A Inglaterra, lugar da Primeira Revolução Industrial pode avançar com o livre mercado de guia seguindo os conselhos de Adam Smith. A França, começando logo depois já precisou de uma maior intervenção para compensar suas limitações. Na Alemanha a grande inovação foi a formação de grande bancos de investimentos para fornecer o capital para a industrialização e a Rússia ainda mais atrasada necessitou de substantiva intervenção estatal compensatória.

A grande difusão das idéias de Gerschenkron se deveu não apenas ao que dela se retirava para explicar as industrializações européias, apesar do reparo que merecem algumas afirmações peremptórias, mas também à generalização dessas idéias para as industrializações retardatárias do Terceiro Mundo. Um dos aspectos que nos interessam mais de perto se refere às diferenças assinaladas no que diz respeito ao clima intelectual no qual a industrialização tem lugar, seu “espírito” ou sua ideologia. Para conseguir romper as barreiras das sociedades tradicionais e para inflamar a imaginação dos homens, fazendo com que pusessem suas energias a serviço do desenvolvimento econômico, foi necessário mais do que a promessa de uma melhor distribuição de recursos, ou a diminuição do preço dos alimentos. Na pioneira Inglaterra, como se sabe, não foi preciso um reforço idealista para os argumentos racionais em favor da industrialização⁵. Do nosso ponto de vista suas proposições têm a grande vantagem de fundir sistematicamente as ideologias, as instituições e a experiência histórica da industrialização. Procuramos seguir essa orientação no texto que se segue.

Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil permanecia como país exportador de produtos primários quando no centro da economia mundial a Segunda Revolução Industrial aprofundava as conseqüências da ação transformadora da nova economia. O enorme

⁵ Na França do Segundo Império, os Saintsimonistas contribuíram para o clima ideológico favorável à industrialização e penetraram muito além do grupo de referência original, influenciando figuras como Isaac Pereire, o famoso banqueiro da Terceira República e criador do *Crédit Mobilier*. Idem, *Ibidem*.

descompasso brasileiro com os avanços industriais das sociedades centrais em meados do século XX demandou um grande esforço: para superar o atraso e levar adiante a industrialização precisou-se de apoios institucionais e de uma forte sustentação ideológica. As forças armadas enquanto integrantes do aparelho estatal e treinadas na doutrina da Ordem e do Progresso ocupavam uma posição privilegiada para influir em ambos os processos.

Conforme reitera a bibliografia especializada, o envolvimento dos militares com o desenvolvimentismo decorre em grande medida das características da própria profissão militar, cuja prática rotineira obrigava a constatar a fraqueza da indústria nacional e o reflexo dessa debilidade na eficiência e independência da corporação, justamente quando duas guerras mundiais marcadas pelos avanços da indústria bélica vieram demonstrar a relação cada vez mais necessária entre tecnologia e estratégia militar⁶. Essas circunstâncias estiveram na base do desenvolvimento de uma consciência industrialista no meio militar.

Apesar do caráter nacional das forças armadas em associação com o aspecto técnico da formação da oficialidade fazer da corporação um veículo privilegiado para assumir, enquanto instituição, um posto avançado na defesa da industrialização, a participação ativa dos militares pela implementação de um modelo de desenvolvimento tem sua própria história.

Antes de 1930, os interesses industriais ainda não tinham alcançado uma magnitude e uma independência em relação aos setores tradicionais da República Velha que levassem à luta pela implementação de uma política voltada prioritariamente para o desenvolvimento industrial a expressivas vitórias. Não obstante, como assinala Hilton, já nesse período começa a se formar na elite política um consenso de que a segurança nacional dependia de um Exército forte e bem equipado. Ainda mais porque o cenário latino-americano causava preocupações aos estrategistas brasileiros, especialmente as tensões entre países do cone sul. A rivalidade com a Argentina, por exemplo, atingiu um clímax no governo Afonso Pena (1906-1909).

Os novos conceitos definidores da situação da corporação militar, após a Primeira Guerra Mundial, incluíam sua percepção como instrumento de política externa sempre que a questão da soberania estivesse em cheque. No Brasil, isso teve uma consequência de curto prazo - a corrida armamentista entre o Brasil e a Argentina, que caracterizou a política militar daqueles anos, e uma de longo prazo - a profissionalização que passou a ser um objetivo perseguido, especialmente desde a Revolução de 30.

⁶ Como se sabe, a preocupação não é exclusiva desse período histórico. A percepção de que a soberania pressupõe o desenvolvimento econômico e social, de que a ciência, a tecnologia e a inovação trazem embutido o risco de que se amplie o desequilíbrio de poder entre as nações continua a informar a política do Estado brasileiro da atualidade. Nesse sentido, cabe destacar a busca por aplicações militares recentes de alta tecnologia. Aspectos como segurança em informática demonstram a importância dada à tecnologia enquanto variável estratégica, como definida pelo Ministério da Defesa. Ver Roberto Resende Simiqueli, *Política Nacional de Informática e o Nacionalismo Militar*, Iniciação Científica (2005-2006) orientada por nós com apoio Fapesp.

Sucessivos presidentes da República demonstraram preocupação com as deficiências das forças armadas, especialmente em material bélico, uma vez que a ausência de uma base industrial doméstica acarretava a total dependência dos fornecedores estrangeiros e, em consequência os suprimentos chegavam ao sabor das conveniências da indústria externa⁷. Mas as dificuldades a superar para sanar essa situação eram incrivelmente grandes. A polêmica desencadeada em torno da implantação de uma indústria siderúrgica ilustra bem o grau das dificuldades existentes.

A impressão causada pela utilização intensiva de armamentos pesados durante a Primeira Guerra Mundial contribuiu indiscutivelmente para chamar a atenção do grande público para a posição fundamental que o aço ocupava na indústria moderna. Formou-se na sociedade brasileira uma corrente favorável à criação de uma indústria siderúrgica de grande porte, engrossada principalmente por técnicos e funcionários governamentais. Frequentes manifestações dos governantes brasileiros a favor da implantação de indústrias básicas, acompanhadas de algumas iniciativas concretas como a realização de experiências, na Europa, com o nosso carvão, constituíram, no entanto, ações ainda tímidas, até que Eptácio Pessoa elegeu a questão siderúrgica como um dos pontos capitais do seu programa⁸. Mas mesmo assim, apenas duas iniciativas tomadas em seu governo (1919-1921) merecem registro: o surgimento da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (1921) por ocasião da visita do rei Alberto da Bélgica ao Brasil, resultado da união da Companhia Siderúrgica Mineira com o consórcio europeu Aciéries Réunis de Burbach-Eick-Dudelange, o ARBED; e em 1920, a assinatura do contrato de exploração do minério de ferro com o Sindicato da Itabira Iron Ore Company de Percival Farquhar. Rezava o contrato que a Itabira teria estradas de ferro e portos privativos e seria dispensada do pagamento de impostos de importação durante sessenta anos; não se obrigava a utilizar matérias primas nacionais, nem mesmo o carvão, que seria trazido da Inglaterra; obteria a concessão sobre as jazidas de ferro de Minas Gerais sem pagamento ao Tesouro nacional. Em contrapartida de todos esses privilégios, a Itabira poderia vir a construir uma usina siderúrgica. O projeto causou grande polêmica e quando na presidência (1922-1926), por ser contrário às cláusulas do contrato, Arthur Bernardes foi alvo de uma onda de ataques de magnitude inédita na história da República⁹.

⁷ Todos os planos de defesa do Brasil estavam centrados na eventualidade de uma agressão argentina e os aumentos nas despesas desse país com seu aparelhamento estratégico eram acompanhados com extrema preocupação. Stanley Hilton, "Armed forces and industrialists...", ob. Cit., p. 630-631.

⁸ Heitor Ferreira Lima, *História Política, Econômica e Industrial do Brasil*, 2a. ed., SP, Cia. Ed. Nacional, 1976, p.332 e Nícia Vilela Luz, *A Luta pela Industrialização do Brasil*, 2a.ed.,SP, Alfa-Omega, 1975, p.197.

⁹ Sobre a questão ver Lígia Osório Silva, "A crise política do Quadriênio Bernardes: repercussões políticas do 'caso Itabira Iron'" in H. de Lorenzo e W.P. Costa, *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*, 2ª edição, São Paulo, 1997, p.15-35.

No período, as divergências entre a oficialidade jovem do Exército e o sistema oligárquico da Primeira República¹⁰ apesar de profundas como aparece de forma bem estabelecida na bibliografia sobre o *tenentismo*¹¹, não extrapolava o campo político como se pode comprovar no completo desinteresse que demonstraram em relação à polêmica em torno da instalação da indústria siderúrgica e do contrato da Itabira Iron. O nacionalismo econômico não tinha ainda sido abraçado pelos militares e não há nenhuma evidência significativa de que nesse período as forças armadas se preocupassem com as implicações da cessão a outros países de recursos naturais esgotáveis ou a concessão de monopólios para firmas estrangeiras de companhias destinadas a explorar os serviços públicos.

1. Mudanças econômicas e institucionais no pós-1930

Nos anos subseqüentes à revolução de 1930, em cuja eclosão os militares estiveram envolvidos, a centralização do poder político e da máquina estatal que, ao lado do intervencionismo econômico e da legislação social, caracterizaram a “modernização conservadora” foram criadas as condições para que as forças armadas se transformassem em um fator decisivo na evolução das instituições nacionais.

Os anos 30 viram também a intensificação da campanha civil pelo aparelhamento das forças armadas devido especialmente a dois fatores: de um lado, o clima sombrio que dominava o cenário político mundial, no qual Japão, Itália e Alemanha executavam uma política agressiva de conquistas territoriais; de outro, a polarização da política no cenário interno marcado pela Intentona Comunista de 1935 e pelo putsch integralista de 1938.

Durante os quinze anos em que Vargas esteve no poder levado por um movimento civil e militar as forças armadas passaram por uma reestruturação fundamental que viabilizou o novo perfil da participação dos militares na vida política.

O aprofundamento do processo de reforma nas forças armadas teve dois aspectos: aumentaria sua coesão interna e inauguraria a estreita vinculação entre os objetivos estritamente militares e o processo de industrialização. Com efeito, ter um posicionamento a respeito da economia foi parte das mudanças introduzidas na instituição durante o Estado Novo, sob a

¹⁰ Segundo J.Q. de Moraes, o que caracterizava o comportamento das forças armadas face ao poder civil durante a Primeira República era, de um lado a falta de unidade frente aos conflitos entre frações e setores da classe dominante e de outro, sua unidade cada vez que a questão era reprimir as revoltas camponesas (Canudos, 1896-97 e Contestado, 1912-16). *Les militaires et les régimes politiques au Brésil de Deodoro a Figueiredo (1889-1979)*, Paris Fondation Nationale de Sciences Politiques, tese de doutorado de Estado, 1982, p. 384-385.

¹¹ Sobre o tenentismo além do clássico de Virgínio Santa Rosa, *O sentido do tenentismo*, Rio de Janeiro, 1933, ver: José Maria Belo, *História da República*, São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976, pp. 241-283; Nelson Werneck Sodré, *A História Militar do Brasil*, 3ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, pp.198-233.; Eurico de Lima Figueiredo (org.), *Os militares e a Revolução de 30*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; João Quartim de Moraes, *A Esquerda Militar. Da Coluna à comuna*, São Paulo: Siciliano, 1994.

coordenação direta do general Góis Monteiro¹². Sua ação perseguia um triplo objetivo: 1) introduzir nas forças armadas o sentido do interesse corporativo, portanto da sua especificidade institucional, de modo que ela não se pusesse mais a serviço das facções políticas em conflito, e não desempenhasse a função de uma “força pretoriana” ou “miliciania”; 2) transformar as forças armadas, “órgão essencialmente político”, num instrumento de uma doutrina global de defesa nacional, tanto no plano interno quanto externo, levando em conta todos os dados da vida econômica e social, política e cultural do país; 3) criar as bases econômicas da defesa nacional através do desenvolvimento industrial. A consciência do papel estratégico da tecnologia tornou-se dominante nas forças armadas. Na realidade, as idéias de Góes Monteiro não eram somente para o Exército, constituíam um projeto para a nação¹³. A influência do pensamento autoritário foi grande durante toda a década de 30 e era obviamente a ideologia que inspirava Góes. O fortalecimento do Estado e da Economia, como forma de garantir a unidade e a independência da nação, e a crítica ao liberalismo e ao comunismo (implícita ou explícita) eram preceitos comuns encontráveis nos pensadores autoritários da época, como Azevedo Amaral, Francisco Campos, e Oliveira Vianna¹⁴. A defesa da centralização e a crítica do federalismo, no qual entendiam estar assentado o poder das oligarquias eram outras das características encontráveis em Góes e nos autores citados. As idéias de Góes Monteiro convergiam de modo significativo com as idéias do próprio Vargas, conforme é possível comprovar através dos escritos de ambos¹⁵.

Logo após a tomada do poder, Vargas criou a Comissão Nacional Siderúrgica para examinar a situação dos recursos minerais do país. Dois militares integravam a comissão (Capitão Silvio Raulino de Oliveira e Capitão Edmundo Macedo Soares). Uma das primeiras decisões da comissão foi proibir a exportação de trilhos de ferro que poderiam ser reciclados para a indústria bélica. Até esse momento ainda não estava na ordem do dia a criação de um parque siderúrgico de grande porte. Havia mais interesse em melhorar e investir nas siderúrgicas

¹² Na obra *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército*, Rio de Janeiro: Andersen Editores, s/d, Góes Monteiro expõe suas idéias sobre o papel do Exército na sociedade. A Marinha é raramente mencionada; nessa época a Aeronáutica era uma Arma do Exército. O termo forças armadas é empregado quando ele se refere aos valores militares que dão sentido comum à corporação militar. O Exército, sendo a Arma dominante (nessa época seu efetivo era cerca de dez vezes maior que os efetivos da Marinha), traçou e difundiu as diretrizes das reformas destinadas ao conjunto da corporação

¹³ Para Campos Coelho, sob a liderança de Góes Monteiro, as forças armadas transitaram na década de 30 da forma *organização* (cujo valor é instrumental) para a forma *instituição* (que tem valor em si mesma). Edmundo Campos Coelho, “Forças Armadas: Autonomia e Hegemonia” in *A Revolução de 30. Seminário Internacional*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980, p. 251. Em seu livro *Em Busca de Identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1976, o assunto é exaustivamente analisado.

¹⁴ Sobre o projeto autoritário, ver a excelente análise de Ricardo Silva em *A ideologia do Estado Autoritário no Brasil*, Chapecó: Argos, 2004.

¹⁵ Sobre o pensamento de Vargas nesse e no período subsequente baseamo-nos em Pedro Dutra da Fonseca, *Vargas, o capitalismo em construção, 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989, pp. 147-248. Sobre Góes Monteiro ver Marcelo José Ferraz Suano, *O pensamento político e militar do General Góes Monteiro*, Dissertação de Mestrado, FFLCH da USP, 1997, 260 p. e Lourival Coutinho, *O General Góes depõe*, Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956, 544 p.

existentes do que criar uma nova. Com a instalação do conjunto integrado de Monlevade (1934) a contribuição da Belgo-mineira à produção brasileira de aço brasileira parecia satisfazer os militares¹⁶ e somente com o advento do Estado Novo, a implantação de uma usina siderúrgica moderna e de grande porte passou a ser prioridade.

Um significativo progresso foi realizado na formação técnica dos oficiais com o funcionamento da Escola de Engenharia Militar, em 1930. Em 1933, mudou sua denominação para Escola Técnica do Exército, instalando-se em 1934 na Rua Moncorvo Filho, no centro do Rio de Janeiro; finalmente em 1942, mudou-se para o atual prédio da Praia Vermelha. Já sob a influência norte-americana, foi criado o Instituto Militar de Tecnologia (1941). Iniciavam-se, então, programas de estudo, pesquisa e controle de materiais para a indústria. As vésperas da Segunda Guerra Mundial a formação de engenheiros químicos, mecânicos e metalúrgicos era priorizada. Logo após o conflito, oficiais foram enviados às melhores universidades americanas para aprofundarem sua formação nessas áreas.

Durante a década de 30 e primeira metade da década de 40 foram criados órgãos de planejamento ligados ao governo central: CFCE (1934), Conselho Federal de Comércio Exterior; CTEF (1937), Conselho Técnico de Economia e Finanças; CNP (1938), Conselho Nacional do Petróleo; CME (1942), Coordenação de Mobilização Econômica; CNPIC (1944), Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial; CPE (1944), subordinado ao Conselho de Segurança Nacional com a função de estudar as atividades econômicas em geral.

Além disso foram criados órgãos setoriais com o objetivo de regular a produção, fixar cotas e estabelecer equilíbrio entre a produção e o consumo, como o DNC (1933) Departamento Nacional do Café; IAA (1933) Instituto do Açúcar e do Alcool; INM (1938) Instituto Nacional do Mate; INP (1941) Instituto Nacional do Pinho; INS (1941) Instituto Nacional do Sal; órgãos para regulamentar o aproveitamento dos recursos naturais: DNPM (1934) Departamento Nacional de Produção Mineral; CNP (1938) Conselho Nacional do Petróleo; CNAEE (1939) Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Empresas públicas em setores estratégicos como a CSN (1940) Companhia Siderúrgica Nacional; CVRD (1942) Cia. Vale do Rio Doce; CNA (1943) Cia. Nacional de Alcalis; FNM (1943) Fábrica Nacional de Motores (1943); CHESF (1945) Cia. Hidroelétrica do São Francisco e CREA (1937) Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

Esse conjunto impressionante de medidas desenvolvimentistas e reguladoras da atividade econômica, além de outras que não foram mencionadas, não foi criado pelas forças armadas,

¹⁶ A usina de Monlevade só foi instalada quando foi completada a extensão da malha ferroviária até o sítio da empresa. Embora integrada, a usina de Sabará produzia pequenas quantidades de aço laminado, setor no qual ainda em 1940 o Brasil dependia a quase 70% das importações. Cf. Werner Baer, *Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro*, Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p.83-85.

nem por Góes Monteiro, mas sua implementação contou com o seu decisivo apoio. Mas também é importante assinalar que apesar dessas medidas, devido ao início da guerra e às dificuldades econômicas decorrentes, o Estado Novo foi o momento em que Vargas mais se afastou de um projeto de desenvolvimento com autonomia nacional, apesar do programa de desenvolvimento calcado na indústria e no mercado interno não ter sido abandonado. A busca pelo amplo financiamento externo para investimento e pelo aparelhamento das forças armadas levou-o aos Acordos de Washington (1942), que praticamente estabeleciam o controle de boa parte do comércio externo brasileiro pelos Estados Unidos e reafirmavam a posição de subordinação do Brasil no plano econômico e militar¹⁷.

Cabe notar, entretanto, que se a “modernização conservadora” avançou no plano econômico nos quinze anos de *getulismo*, no plano político-institucional as coisas não correram de modo análogo. A dissolução dos partidos políticos em 37 e o fechamento político operado pelo regime impediram que a evolução da sociedade política acompanhasse o desenvolvimentismo. Mesmo dentro da corporação militar que estava se reestruturando conforme vimos, o período 1930-1945 foi abalado por inúmeras revoltas contestadoras, todas com envolvimento de oficiais de primeiro ou segundo escalão: Revolução Constitucionalista de 1932; Intentona Comunista de 1935; Putsch integralista de 1938; e inúmeras outras sedições de menor repercussão, mas não obstante importantes. O expressivo número de incidentes leva José Murilo de Carvalho a caracterizar as forças armadas do período como “indisciplinada” e “profundamente dividida”¹⁸. Isso não impediu, entretanto, que o Exército como instituição participasse do golpe que instituiu o Estado Novo. Na verdade, Góes Monteiro e Dutra foram figuras centrais do golpe que mostrou, apesar de tudo, que o Exército já alcançara um grau de coesão interna que permitia uma intervenção na sociedade como um todo.¹⁹ Para que isso acontecesse foram importantes as “depurações” que ocorreram em seguida às revoltas.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial tornou mais exposto o caráter autoritário do regime brasileiro²⁰ que - apesar das hesitações diplomáticas sobre qual das forças em confronto o

¹⁷ Francisco Luiz Corsi, *Estado Novo: política externa e projeto nacional*, São Paulo: UNESP/FAPESP, 2000, p.219.

¹⁸ J. Murilo de Carvalho, “Armed Forces and Politics in Brazil”, *Hispanic American Historical Review*, V.62, N.2, maio 1982, p.194. Para o quadro completo das sublevações ver do mesmo autor “Forças Armadas e Política, 1930-1945” in *A Revolução de 30. Seminário Internacional*, ...ob. cit., pp.109-187.

¹⁹ Na verdade, existem muitos indícios de que o general Góes Monteiro foi um dos arquitetos do golpe e que teve inclusive a veledade de ocupar a chefia do governo no lugar de Vargas.Cf. Marcelo J. F. Suano, *O pensamento político e militar do General Góes Monteiro*, dissertação de Mestrado, FFLCH da USP, 1997, p.154.

²⁰ Góes Monteiro teria comentado com Vargas que era incompreensível que o Brasil que combatera as nações totalitárias continuava ele próprio a ser um Estado totalitário.Cf. João Quartim de Moraes, *Les militaires...*,ob. cit. p.414.

país deveria apoiar²¹ - acabou por sustentar o esforço Aliado. Findo o conflito, Vargas foi deposto apesar de já haver iniciado o processo de redemocratização e marcado as eleições presidenciais para 2 de dezembro de 1945²².

O cenário complexo, onde se defrontavam as forças sociais naquele momento desafia qualquer explicação simplista, mas sem pretender esgotar o assunto Stanley Hilton apresenta argumentos interessantes ao discutir num artigo o papel do embaixador americano, Adolf Berle Jr. no golpe que retirou Vargas do poder²³. Na campanha presidencial de 1950, que marcou a sua volta ao poder, Vargas acusou diretamente o embaixador de ter, na conjuntura de 1945, se imiscuído nos assuntos internos do país. Através da leitura da correspondência diplomática e outros documentos de arquivo, Hilton procura explicar, por um lado, os meandros da política brasileira no ano de 1945, na qual se defrontaram os militares, a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e os *queremistas*; e por outro, o affaire Berle. O primeiro aspecto que chama a atenção é a simpatia que Vargas inspirou no embaixador logo na sua chegada ao Brasil (inversamente proporcional à antipatia que nutria por Perón). Essa simpatia derivava do fato de que Vargas havia “cumprido sua obrigação com o hemisfério, postando-se do lado Aliado” enquanto Perón fizera o oposto. Mas ia além: Berle estava firmemente convencido da boa fé de Vargas e explicava a ditadura do Estado Novo pela situação de analfabetismo que grassava na maior parte do país. Estava também convencido de que Getúlio pretendia cumprir o programa de redemocratização do Estado brasileiro, inclusive o calendário eleitoral.

Mas essas simpatias se esfumaram ao longo dos meses de janeiro a outubro de 45. E Berle foi se aproximando do grupo golpista à medida que a conspiração avançava. O discurso que pronunciou em 29 de setembro foi interpretado pelos conspiradores como um alerta contra os planos continuístas de Vargas, estimulado pelo movimento *queremista* e pelo PCB. Embora haja dúvidas quanto ao peso que se deva atribuir às suas declarações nos acontecimentos que culminaram com o golpe de 29 de outubro, o próprio Berle após a queda de Vargas se auto-atribuiu uma intervenção decisiva e se congratulava por isso, pois salvara o “processo

²¹ Ver Gerson Moura, *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira (1935-1942)*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

²² Os três partidos que dominaram o cenário político por duas décadas foram formados em 1945: a UDN em abril, o PSD em julho e o PTB em agosto. A oposição pública a Vargas começou a se articular a partir do Manifesto dos Mineiros de outubro de 1943. Foi assinado, entre outros, por Virgílio de Melo Franco, Afonso Arinos de Melo Franco, Milton Campos, Magalhães Pinto, Adauto Cardoso, Odilon Braga, Pedro Aleixo e Bilac Pinto (todos se tornaram importantes líderes da UDN) e foi ganhando adesões em São Paulo e Rio de Janeiro.

²³ Stanley Hilton, “The overthrow of Getúlio Vargas in 1945: Diplomatic Intervention, Defense of Democracy, or Political Retribution?” in *Hispanic American Historical Review*, Vol.67, N.1, fevereiro 1987, pp.1-37. O artigo conclui que a queda de Vargas se deveu mais aos erros que o ditador cometera no passado (perseguições políticas, instauração da ditadura etc.) do que à atuação que estava tendo na conjuntura da redemocratização.

democrático” que estava em risco por causa dos planos de Vargas de continuar na chefia do governo.

Hilton, no entanto considera altamente improvável a acusação de golpismo lançada sobre Vargas, embora o movimento de “constituição com Getúlio” afagasse o ego do presidente. Improvável porque implicava em dizer que Vargas estava conspirando para suspender as eleições e se perpetuar no poder através de um golpe *contra* os desígnios dos comandantes militares, quando ninguém melhor do que ele sabia que sem apoio militar não havia chances de vitória²⁴.

Por outro lado, como explicar a súbita cisão nas forças que apoiavam o governo e a transformação dos autores do golpe de 1937 em paladinos da democracia, deixando a “herança maldita” do período ditatorial inteiramente nas costas de Vargas?

Para responder a essa pergunta é preciso admitir que o aparelho militar brasileiro saiu profundamente fortalecido pela sua participação no esforço de guerra dos Aliados e notadamente pelo envio de um corpo expedicionário que lutou ao lado do Vº Exército norte-americano sob o comando do Marechal Mascarenhas de Moraes²⁵. O fato de que essa participação tenha sido o resultado de uma trabalhosa negociação entre Vargas e o governo estadunidense²⁶ passou para segundo plano e, não obstante as simpatias do alto escalão militar pelas potências do Eixo na década de 30 Góes e Dutra juntaram-se aos liberais da UDN e depuseram Vargas em nome dos ideais democráticos pelos quais os pracinhas haviam lutado na Itália. Em suma, logo após a guerra o corpo dos oficiais tornara-se favorável ao retorno da democracia representativa e, a participação do Brasil no conflito, conferia legitimidade à reviravolta política da cúpula do Exército. Nas palavras de Werneck Sodré, “*os pretorianos criaram o Estado Novo; os pretorianos o destruíram*”²⁷.

Por outro lado, cabe observar que Getúlio não “getulianizou” as forças armadas. Quando após a Revolução de 30, ao invés de fazer um expurgo em profundidade contemporizou mantendo antigos oficiais tradicionalistas em postos de comando, por medo de ameaçar sua liderança, perdeu também a oportunidade de controlá-las. Apesar do pluralismo e da indefinição ideológica dos *tenentes*, Vargas tomou suas distâncias dos militares que integraram o movimento temendo ter que partilhar o poder e manteve na corporação os “legalistas” da República Velha. O

²⁴ Numa nota mais dramática, Tancredo Neves observa que Getúlio só se decidiu pelo suicídio em 1954 quando ficou evidente que os comandantes militares o haviam abandonado, exigindo sua renúncia imediata. Cf. Valentina da Rocha Lima (org.), *Getúlio: uma história oral*. Rio de Janeiro: Record, 1986, p.262.

²⁵ Embora o cancelamento de um desfile público dos pracinhas retornados indicasse uma insegurança quanto ao conceito dos militares no grande público.

²⁶ As negociações entre o governo Vargas e os Estados Unidos, envolvendo fornecimento de material bélico, instalação de siderurgia, dívida externa, borracha, ocupação do Nordeste brasileiro pelo exército americano etc. estão analisadas em profundidade em Francisco Luiz Corsi, *Estado Novo...*, ob. cit.

²⁷ Nelson Werneck Sodré, *A História Militar...* ob. cit. p. 289.

resultado dessa fraqueza diante dos militares foi sua constante vulnerabilidade a um golpe militar, que acabou acontecendo em 1945. O Exército foi sempre um poder independente na era Vargas, perseguindo objetivos próprios, com apenas uma fraqueza: a permeabilidade às disputas externas que desuniam a corporação dividindo-a em facções.

O sentido das reformas na instituição fora de reforçar o interesse corporativo e a especificidade institucional das forças armadas para torná-la imune aos desígnios políticos das frações civis. Mas esse objetivo temporariamente alcançado durante o Estado Novo não fez desaparecer o interesse dos militares pelas grandes questões nacionais. A criação da Escola Superior de Guerra (ESG) e do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) que coordenava as atividades das três armas, ambos em 1948 demonstram a consideração com os dois lados da instituição, o profissional e o político²⁸. Entretanto, o interesse no aprofundamento da industrialização, por si só já implicava na formação de divisões verticais que atravessaram de alto abaixo a estrutura hierárquica da instituição, polarizada à medida que o tempo passava em torno da escolha de uma via para o desenvolvimento. Com a redemocratização, o debate que ocorria na sociedade como um todo foi trazido para dentro das forças armadas, correspondendo a uma politização dos militares, ao invés de uma militarização da política²⁹.

As condições históricas latino-americanas dos anos 1950-60 determinaram no espaço ideológico da consciência militar os termos da polarização: a oposição entre o nacionalismo de esquerda e o liberalismo pró-americano de direita.

2. A política no interior da corporação.

Para avaliar a unidade e a coerência ideológica das forças armadas elegemos a *Revista do Clube Militar* como fonte³⁰ para acompanharmos através do registro dos debates e do teor das suas publicações e do resultado das suas eleições entre 1944 e 1964 a evolução da temperatura política da corporação nessas décadas.

O Clube Militar é uma associação recreativa aberta aos oficiais das três armas, mas com predominância de oficiais do Exército da ativa ou reformados - a Marinha e a Aeronáutica tem clubes próprios de caráter exclusivamente recreativo. Trata-se de uma instituição dentro da estrutura hierárquica das forças armadas governada por normas das associações civis. O Presidente e a diretoria do Clube são eleitos pelo voto direto dos membros e o resultado das eleições tem um caráter revelador da mentalidade dos oficiais em determinado momento; não ocorre o mesmo com a escolha dos Ministros ou comandantes militares cujas nomeações são

²⁸ Os dois organismos foram ligados em 1949.

²⁹ J.Q. de Moraes, ob. cit., p.422.

³⁰ Além de entrevistas com ex-integrantes da chapa Amarela do Clube Militar como, Nelson Werneck Sodré, Kardec Lemme e Renato Riedel Osório de Pina.

uma prerrogativa do poder Executivo, em última instância. A associação ao Clube Militar é voluntária, portanto, ele não congrega a totalidade dos oficiais da corporação. Tem uma larga proporção de oficiais reformados e representa fundamentalmente os oficiais baseados no Rio de Janeiro (50%). Os outros 50% são espalhados pelos demais Estados.

A história do Clube Militar no período 1944-1964 pode ser dividida em quatro fases.

Na primeira fase (**44 a 52**), o Clube foi dominado por um grupo de ativos oficiais nacionalistas. A leitura cuidadosa da Revista nesse período mostra que o caráter esquerdista e progressista das forças armadas não era pura ilusão. Sob as presidências dos generais José Pessoa³¹ (44-46), César Obino (46-50) e Estillac Leal (50-52), a Revista foi editada pelo Tenente Coronel Francisco Teixeira, mais tarde Ministro da Aeronáutica de João Goulart (Jango) e pelo Capitão Humberto Freire de Andrade, mais tarde Secretário de Segurança do Governador de Pernambuco Miguel Arraes. A Revista estava empenhada, nessa época, na campanha a favor do monopólio estatal de exploração de petróleo³², da indústria nacional de automóveis e da proteção da produção da borracha. Era comum o editorial louvar a existência da Usina Siderúrgica de Volta Redonda. Muitas palestras e discursos dos generais Artur Carnaúba, Horta Barbosa, Leitão de Carvalho, Leônidas Cardoso, Raimundo Sampaio e Valério Braga foram publicados, atacando a dominação imperialista na economia brasileira. O caráter nacionalista da Revista era explícito. Mas além desse nacionalismo explícito manifestava-se na Revista às vezes uma corrente mais a esquerda. Por exemplo, em 1947, um artigo de Carnaúba denunciava a “aristocracia rural” e propugnava a erradicação do latifúndio, enquanto um editorial criticava Sumner Welles por solicitar a organização de uma força militar continental (a primeira versão da Força Interamericana Defesa), acusando a proposta de atentatória à liberdade dos países latino-americanos. Mas foi em julho de 1950 que o esquerdismo latente na diretoria do Clube provocou uma crise dentro da corporação. No número daquele mês, o editor Humberto Freire de Andrade publicou um editorial não-assinado comentando a Guerra da Coreia. O artigo denunciava a “invasão” americana e afirmava que essa agressão havia unido os coreanos contra o exército americano. Criticava violentamente o regime de Syngman Rhee no Sul e elogiava a política social do exército do Norte, em particular sua Reforma Agrária. Denunciando a intervenção estrangeira no que era um conflito interno da Coreia, o artigo advertia do erro que

³¹ Não obstante a presença de oficiais nacionalistas e varguistas na diretoria, o general José Pessoa fez parte do coro de manifestações contra Vargas em outubro de 1945, quando se pronunciou contra a nomeação de Benjamim Vargas para chefe de polícia e contra o *queremismo*.

³² Segundo Ricardo Bielschowsky, *Pensamento Econômico Brasileiro 1930-1964*, 4ª edição, Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 323, “O Clube Militar e a Campanha Nacional de Defesa do Petróleo (Cedpen) constituíram um pólo fundamental de apoio ao avanço do projeto desenvolvimentista nacionalista. Com a campanha, cresceu intensamente a ideologia da “emancipação econômica” do país e, com ela, da industrialização planejada. A Revista do Clube Militar transformou-se num órgão de consulta obrigatória não só para os militares, mas também para os civis interessados na estratégia de desenvolvimento econômico nacional”.

seria o Brasil se envolver nessa guerra enviando tropas. A controvérsia gerada por esse artigo foi tão grande que a publicação da Revista foi interrompida por 4 meses. Quando voltou a circular a Revista publicou uma grande quantidade de cartas protestando contra o artigo, inclusive uma do Major Castelo Branco, futuro presidente em 64, cujo teor, em comparação com as demais era moderado. Uma campanha foi desencadeada nos jornais contra a diretoria do Clube e Freire de Andrade foi obrigado a afirmar reiteradamente que não era comunista, que o artigo não era anti-americano e que a Revista não era obra de um grupo minoritário não-representativo das forças armadas. Os generais Cordeiro de Farias, Caiado de Castro, Canrobert da Costa e Meira de Vasconcelos se dissociaram publicamente da Diretoria do Clube. A partir daí nenhum outro artigo esquerdista foi publicado na Revista, embora a campanha nacionalista tenha continuado. Entretanto a fratura permaneceu e quando Estillac se candidatou a um segundo mandato em 52 foi derrotado pela Cruzada Democrática, isto é, o agrupamento anticomunista e mais tarde golpista cujos candidatos na época eram os generais Alcides Etchegoyen e Nelson de Melo.

A presença de forças esquerdistas e nacionalistas na Diretoria do Clube Militar por seis anos parece ter sido o resultado do clima democrático do pós-guerra, da aliança Estados- Unidos/União Soviética, da época do Front Popular, clima que se modificaria totalmente com o início da “guerra fria”. Esses oficiais tinham formação mais técnica (engenheiros militares). Somente 1000 oficiais votaram na eleição de 44; apenas 2000 em 46 e 3000 em 48. Em 1950, Estillac foi o vencedor numa eleição um pouco mais representativa: 7000 votantes num colégio eleitoral de 11 mil sócios mais ou menos. Mas sua vitória foi influenciada pelo fato de que era Ministro da Guerra na época e o candidato oficial de Obino. Quando o esquerdismo de alguns oficiais de menor patente (Humberto Freire) ficou evidente, Estillac recuou para obter o apoio dos oficiais mais direitistas escandalizados com o ocorrido. A eleição de 52 foi precedida de uma campanha polarizada e a Cruzada Democrática ganhou (8000 votos) da Chapa Amarela (4489 votos). Vitória representativa da opinião da maioria da oficialidade. Estillac não era mais Ministro da Guerra.

Na segunda fase (**52 a 55**), o Clube foi controlado por um grupo direitista e anticomunista, sob a Presidência de Etchegoyen e Canrobert. A vitória da campanha do “Petróleo é nosso” que culminou com a criação da Petrobrás em 3/10/1953 não evitou a vitória da direita. No comitê editorial da Revista estiveram vários oficiais mais jovens que se tornariam personagens importantes da República: Major Jarbas Passarinho foi editor e diretor da Revista no ano de 1955; o Capitão Mario Andrezza estava no comitê editorial em 53; o Major Meira Matos era comentarista de assuntos internacionais de 53 a 56; a linha editorial era previsivelmente anti-comunista; esse epíteto designava naquela época também os favoráveis à Petrobrás, posição que

hoje seria vista como moderadamente nacionalista³³. No número 141 de janeiro-março de 1956, o editorial “Alerta!” tinha como tema a “ameaça vermelha”; atacava Luis Carlos Prestes e a burguesia nacional (sic) pelas alianças que fazia com o PCB (aparentemente referiam-se às alianças do governo Kubitschek).

A terceira fase (**56-61**) se iniciou após o “golpe preventivo” do general Lott (11 de novembro de 55), Ministro da Guerra, para garantir a posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Em janeiro de 56 Kubitschek foi empossado e em março houve novas eleições no Clube Militar. O general Segadas Viana, candidato de Lott derrotou o candidato direitista Guimarães de Souza. Apesar dessa derrota e da desmoralização causada pelo “affaire” Tamandaré, a corrente direitista do Exército resistiu bem às circunstâncias. Segadas ganhou a eleição por 60 votos num colégio eleitoral de 13 mil votantes. Dois anos depois os nacionalistas e esquerdistas ganharam novamente as eleições com o general Justino Alves Bastos, dessa vez por uma margem de mil votos num colégio eleitoral de 15 mil votantes. O candidato da direita era Castelo Branco. A Revista voltou a abordar temas nacionalistas como o monopólio estatal do Petróleo, e os problemas do desenvolvimento econômico e social. Escreviam na Revista intelectuais como Roland Corbusier, Guerreiro Ramos, Hermes Lima, Hélio Jaguaribe, Candido Mendes, Helio Beltrão, Inácio Rangel, Celso Furtado e Gabriel Passos. Em 1958, a diretoria do Clube publicou uma resolução aprovada por unanimidade aplaudindo a encampação da Companhia de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, feita por Leonel Brizola, o governador do Estado. Em 1959, o Coronel Albino Silva deu uma palestra sobre a Petrobrás à qual assistiu o conjunto de oficiais nacionalistas que integrariam o “esquema militar” de Jango: generais Justino, Oromar Osório, Jair Dantas, Peri Beviláqua, Horta Barbosa, Leitão de Carvalho e Feliciano Cardoso; o almirante Paulo Mário e os Brigadeiros Francisco Teixeira e Epaminondas Gomes dos Santos. Os civis presentes incluíam Deputados Sergio Magalhães, Benjamim Farah, Leônidas Cardoso, Aurélio Viana, Neiva Moreira e o Professor da Universidade do Brasil (atual UFRJ) Josué de Castro. Em 1960, Justino foi reeleito presidente do Clube Militar sem oposição.

A quarta fase (**1961-64**) se inicia com a vitória de Jânio Quadros (1961), acontecimento que mudou radicalmente a situação. Muitos integrantes da Diretoria do Clube (Donato Machado, Crisanto de Figueiredo e Kardec Lemme) haviam participado abertamente da campanha do general Lott (candidato derrotado naquela eleição). Sob o pretexto de um telegrama enviado a

³³ O debate sobre o petróleo ia desde a negação da sua existência até o que se deveria fazer com ele caso existisse. Ecos desse debate permanecem até hoje. Num livro de 2002, *Fear & Memory in the Brazilian Army and Society (1889-1954)*, Shawn Smallman afirma na conclusão do capítulo sobre “a luta pelo petróleo” (p.105), “*Peter Seaborn Smith has said that the petroleum debate in Brazil was shaped by two beliefs about oil, both of which are false. The first was that Brazil had oil, and the second was that the international trusts wanted to control this resource*”. Embora as reservas brasileiras não se comparem às da Arábia Saudita (as maiores do mundo), nem mesmo às da Venezuela (sexta do mundo), o petróleo brasileiro está longe de ser “inexistente”.

Jânio pela Diretoria, o Ministro da Guerra Odílio Denys mandou prender esses oficiais. O resultado foi uma depuração administrativa: Justino não se solidarizou com os antigos camaradas e foi feito embaixador no Paraguai; todos os integrantes da Diretoria foram transferidos para postos bem distantes do Rio de Janeiro (como por exemplo para o Arsenal da Margem, RGS, na divisa com o Uruguai). O general Paulo Torres – antigo Chefe de Polícia de Café Filho – foi imposto como novo Presidente do Clube. Apesar de Jango ter assumido a presidência com a renúncia de Quadros, o candidato oficial Peri Beviláqua, apoiado pela esquerda militar, foi derrotado pelo candidato da direita, Augusto Magessi em 1962, e os nacionalistas desapareceram para sempre do Clube Militar e com eles a pauta nacionalista.

Esse relato problematiza alguns estereótipos atribuídos aos militares brasileiros antes de 64. Parece evidente que a crença de que a maioria do oficialato, nos anos 50-60, era “nacionalista” e “democrática” precisa ser nuançada. As vitórias da corrente nacionalista foram episódicas e se deveram ao elemento surpresa (1944-52) ou à intervenção política do Ministério da Guerra (1956-1960) e ainda assim as vitórias quase sempre foram por pequena margem (exceto quando Justino foi candidato único e no caso de Segadas Vianna que rachou meio a meio o oficialato). Quando alguns oficiais deram uma ênfase mais esquerdista à Revista (como em 1950 e 1961) e houve reação, os seus superiores (Estillac e Justino) não os apoiaram e, às vezes, deram uma quinada à direita. Mas a conclusão mais importante que se pode tirar desses acontecimentos é que os militares não integravam uma força corporativa coesa e ideologicamente coerente. Pelo contrário, as vitórias da corrente nacionalista de esquerda mostram que havia dissonância dentro das forças armadas.

Se as forças armadas estavam longe de ser uma casta monolítica, unida na defesa de um regime social tradicional, não há dúvida sobre seu caráter fundamentalmente anticomunista (identificando “comunismo” em variados graus de esquerdismo e até mesmo no nacionalismo radical); mas esse anticomunismo não vinha acompanhado de um similar grau de disciplina política, consciência e unidade. Esses elementos eram tão escassos que uma associação formal da oficialidade como o Clube Militar pode ser infiltrada e ventilar uma ideologia que não era a da maioria dos seus filiados. Mas também precisa ser observado que a pré-condição dessa infiltração foi a receptividade que gozava no meio militar a ideologia nacionalista. É importante enfatizar esse ponto. A corrente nacionalista-desenvolvimentista, associada a outros grupos da sociedade civil, só evoluiu para posições mais à esquerda, nos anos 60, aprofundando o fosso que a separava dos “autoritários”. Não é por acaso que os assuntos que causavam maior repúdio aos “autoritários” eram a Reforma Agrária, o imperialismo, e o trabalhismo. Os dois primeiro remetiam ao PCB, na época na ilegalidade e o último ao PTB de Jango.

3. Em busca de um consenso civil-militar

Se há um amplo consenso da parte dos analistas sobre as características gerais do Estado Novo, o mesmo não ocorre a respeito do segundo período Vargas. Existe concordância a propósito do papel que esse período teve na formação do capitalismo brasileiro, mas as divergências aparecem quando a questão da existência de um projeto nacional é posta. Não é o caso, entretanto de retomar o debate aqui³⁴. O curto segundo governo Vargas (1951-54) foi interrompido pelo suicídio do presidente. Getúlio foi acuado por denúncias de corrupção, envolvendo membros do governo e da sua própria família, por acusações de tentativa de assassinato (o opositor Carlos Lacerda) durante o qual foi efetivamente morto um oficial da Aeronáutica. Diante desse quadro e mais uma vez abandonado pelas forças armadas, Vargas matou-se e esse ato desesperado teve um efeito evidente: freou a guinada à direita que já estava em marcha e criou as condições para a eleição de Juscelino Kubitschek (que precisou mesmo assim do apoio explícito do Ministro da Guerra, general Lott, uma vez que as forças armadas se encontravam divididas).

O período 1956-60 foi marcado pelo surgimento de uma tentativa de elaboração de uma doutrina militar alternativa àquela da Escola Superior de Guerra, capaz de acabar com o isolamento dos nacionalistas de esquerda no meio militar. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão apoiado pelo Ministério da Educação, congregava intelectuais de vários matizes, como Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Álvaro Vieira Pinto e o militar da reserva e historiador Nelson Werneck Sodré³⁵. Este último, na aula inaugural do Instituto em 1959, definiu com clareza o entendimento que tinha sobre o papel do nacionalismo: “Por que o nacionalismo? Porque, agora, são as forças econômicas externas o mais poderoso obstáculo ao nosso desenvolvimento, e os seus aliados internos declinam em resistência, já não tutelam o país. (...) o nacionalismo representa o ideal democrático, só esposado pelas classes em ascensão, que necessitam da liberdade como o organismo humano de oxigênio, (...) O nacionalismo surge da necessidade de compor um novo quadro conjugando interesses de classe, reduzindo-os a um denominador comum mínimo, para a luta em defesa do que é nacional em nós. É o imperativo de superar a contradição entre a burguesia nacional e a classe trabalhadora que adota o nacionalismo como expressão oportuna de uma política. É a compreensão de que só passando a

³⁴ Remetemos o leitor aos trabalhos de Sonia Draibe, *Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; Pedro Dutra da Fonseca, Vargas...Ob. cit.; Pedro Paulo Bastos, *A dependência em progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises no Brasil (1890-1954)*. Tese de doutorado. Instituto de Economia da UNICAMP, 2001.

³⁵ Sobre o ISEB, ver Nelson Werneck Sodré, *A verdade sobre o ISEB*, Rio de Janeiro: Avenir, 1978 e Caio Navarro de Toledo, *ISEB: fábrica de Ideologias*, 2ª edição, Campinas: editora da UNICAMP, 1997.

segundo plano, sem negá-la ou obscurecê-la, a contradição entre a classe que fornece o trabalho, e que ganha em consciência cada dia que passa, e a classe que necessita realizar-se pela capitalização com os recursos nacionais e seu adequado aproveitamento, poderemos subsistir como nação que apresenta o nacionalismo como solução natural e lhe dá essa força, essa penetração e esse poder catalisador que a simples observação registra”³⁶.

Entretanto, Quartim de Moraes observa com razão que o ISEB sendo uma instituição civil estava incapacitado de concorrer com os diferentes organismos e escolas militares pelos quais deviam obrigatoriamente passar os oficiais para ter acesso aos níveis superiores da carreira. Além disso, estava tão ligado à marca do governo Kubitschek que viu sua influência minguar com o fim desse governo³⁷. Assim, embora o ISEB tenha desempenhado um papel relevante no apoio ao desenvolvimentismo de JK dentro e fora do meio militar, sua capacidade de aglutinação foi efêmera.

Nos anos 1960, uma parcela dos nacionalistas militares (acompanhados dos socialistas) acrescentou à agenda econômica a campanha pelo controle da remessa de lucros acusada de ser a principal responsável pelas dificuldades na balança de pagamentos; e relacionaram as propostas de ortodoxia econômica do Fundo Monetário Internacional com o imperialismo, atribuindo às mesmas o caráter de oposição imperialista ao desenvolvimento industrial brasileiro. Neste sentido deram todo o apoio ao rompimento do governo Kubitschek com o FMI, mas os episódios de Aragarças e Jacareacanga chamaram a atenção para a fratura que começava a se aprofundar.

A crise do desenvolvimentismo veio, entre outras coisas, com a constatação de que a industrialização por si só não resolveria o problema do atraso e da pobreza. Em decorrência, houve uma progressiva radicalização da ação política durante o governo Goulart. A adesão dos militares nacionalistas às Reformas de Base (administrativa, bancária, fiscal e agrária) ao lado de outras forças nacionalistas como os comunistas, Brizolistas, etc. não representava uma guinada para o socialismo como muitos queriam fazer crer na época, porém a radicalização das manifestações no meio militar que colocavam em cheque a hierarquia (revolta de marinheiros e sargentos) deu uma conotação de alta periculosidade e subversão à conjuntura. As Reformas defendidas eram em parte institucionais e em parte econômicas. Na agenda de propostas distributivas, a Reforma Agrária era de longe a que suscitava maior reação e isolamento aos nacionalistas radicais. Como se pode avaliar muito bem hoje, a força do latifúndio e dos “grileiros” de terras devolutas era imensa. Mas como esperamos já ter deixado claro, seria errôneo acreditar que a fissura que se tornou visível em 1964 representasse ainda uma disputa em torno da necessidade do desenvolvimento. Esse debate estava totalmente superado pela discussão

³⁶ N.W. Sodré, *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*, 2ª edição, Rio de Janeiro, ISEB, 1960, p.30, 31 e 33.

³⁷ J.Q. de Moraes, *Les militaires...*, ob.cit., p. 453.

sobre qual a via do desenvolvimento, e a questão institucional, isto é, o caráter das reformas que deveria sofrer o Estado. Além disso, era indispensável discernir os parceiros no cenário internacional que se deveria privilegiar, uma vez que, como se sabe, a época era marcada pela intensificação da Guerra Fria e pelo enfrentamento entre Estados Unidos e União Soviética, como o episódio dos mísseis em Cuba confirma.

A volta ao regime liberal democrático em 1945 reintroduziu nas forças armadas as divisões políticas que haviam sido o objeto da preocupação do general Góes Monteiro e que sua reforma devia prevenir. O conflito aprofundou-se com o agravamento da crise política nacional, até que em 1964 o grosso do oficialato aderiu à intervenção, certamente mais por preocupação com a sobrevivência da organização do que por concordância com os argumentos dos golpistas.

No livro *A Conquista do Estado* o cientista político René Dreifuss deu ao entendimento do movimento de 1964 uma contribuição decisiva sob vários aspectos, mas de longe, seu maior aporte vem principalmente de demonstrar que o golpe de 64 foi um movimento civil-militar³⁸.

Para a corrente Cruzadista do Clube Militar, as forças armadas por serem as fiadoras da ordem estabelecida não podiam se manter à parte da evolução política nacional, nem podiam se limitar à caserna. Consideravam seus integrantes que a intervenção militar estava prevista no artigo 176 da Constituição de 1946 que colocava as forças armadas sob a autoridade do Presidente da República “dentro dos limites da lei”, atribuindo aos chefes militares a possibilidade de apreciar o caráter constitucional e legal dos atos do chefe do Executivo³⁹. A questão que se colocava para os adeptos dessa corrente era como conseguir apoio para uma agenda de reformas econômicas e institucionais com um conteúdo adequado ao alinhamento com os Estados Unidos e à “modernização conservadora”, isto é, acatava-se a necessidade de mudanças, mas sem a participação popular.

Este projeto de inserção das forças armadas na vida política e econômica já vinha se estruturando havia algum tempo, dentro e fora das forças armadas, como demonstra de modo inequívoco René Dreifuss, ao descrever a longa preparação ideológica e a arregimentação de oficiais militares para a elaboração de uma outra agenda, distinta daquela dos militares nacionalistas⁴⁰.

Ainda sob o impacto da Segunda Guerra Mundial, um pequeno grupo de oficiais dentro das forças armadas foi se organizando no sentido de apoiar a modernização, mas guardando os valores conservadores que acreditavam os militares nacionalistas queriam subverter. Muitos integrantes desse grupo possuíam em comum uma experiência ideológica e militar forjada

³⁸ 1964: *A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.

³⁹ Comentamos esse assunto e a bibliografia a respeito em “Desenvolvimentismo e intervencionismo militar”, *Idéias*, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Ano 12(2)/13(1), 2005/2006, pp.11-40.

⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p.78.

durante a campanha da Itália, experiência que mais tarde foi reforçada pela participação em cursos de instrução e treinamento nos Estados Unidos. Essa experiência comum estendeu-se através da afiliação posterior daqueles oficiais a certos partidos políticos (Partido Democrata Cristão e principalmente a UDN), assim como pela sua organização num reduto político e ideológico, a Escola Superior de Guerra da qual eram fundadores.

Esses oficiais militares possuíam um alto grau de congruência ideológica com certos empresários que frequentemente participavam como conferencistas na ESG, onde expunham suas idéias desenvolvimentistas: Lucas Lopes, Roberto Campos, Eugenio Gudín e Otávio Bulhões, e outros. O grupo da ESG compartilhava com os interesses multinacionais e associados tanto a perspectiva quanto o sentido de urgência em transformar o ritmo e a orientação do processo de crescimento em direção à criação de uma sociedade industrial capitalista.

Entretanto, não era só a questão da congruência de valores que ligava as posições dos empresários às de alguns oficiais militares. É importante notar que já em meados da década de 50, e mais ainda em princípios da década de 60, a participação militar na empresa privada era uma realidade, embora esse fenômeno não fosse tão difundido quanto a sua participação em organismos burocráticos estatais ou sua presença nos conselhos de diretoria das corporações multinacionais e associadas após 1964.

Para esses grupos a necessidade do planejamento estatal para direcionar o desenvolvimento econômico já era matéria indiscutível. O objetivo de introduzir os conceitos modernos do planejamento indicativo e da racionalidade capitalista foi até certo ponto atingido, de 1951 a 1953, pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico (estabelecida em dezembro de 1949), cujas recomendações e projetos foram publicados em 17 volumes em 1953-1954. Fazia parte da comissão que redigiu o relatório o Coronel Mario Poppe de Figueiredo, da Escola Superior de Guerra. Fora seguindo as recomendações da Comissão mista, que se estabelecera uma série de agências e órgãos públicos, entre os quais o já mencionado BNDE. Os beneficiários dessa ajuda financeira foram em sua maioria, companhias multinacionais, para cujo estabelecimento no Brasil o Banco providenciava o apoio financeiro. O primeiro diretor econômico do BNDE foi Roberto Campos⁴¹.

Desde a elaboração do Plano de Metas (governo Kubitschek), onde os interesses multinacionais se refletiam, a intervenção estatal era vista como uma necessidade do desenvolvimento nacional. Mas os interesses de classe eram envoltos e disfarçados de racionalidade técnica, eficiência e perícia (atributos considerados “neutros”), e legitimados por grupos executivos e pelos escritórios de consultoria. Desse modo, oficiais militares adeptos do

⁴¹ Idem, *Ibidem*, p.75..

desenvolvimento, nacionalistas até certo ponto e cômicos da necessidade de modernizar o Estado brasileiro, mas ao mesmo tempo avessos à participação popular e à hostilidade em relação aos Estados Unidos foram cooptados para participar de comissões de planejamento e corpos administrativos recém criados. Ao mesmo tempo, a incorporação desses elementos legitimava, através da chancela da eficiência, patriotismo, honradez, “neutralidade técnica” e, sobretudo, da ideologia da “segurança nacional”, os interesses transnacionais.

A aproximação ideológica entre militares brasileiros e empresários se expressou, por exemplo, no acordo militar de 1952 entre o Brasil e os Estados Unidos. O objetivo acordado era encorajar a eliminação de barreiras e proporcionar incentivos para um aumento constante na participação da empresa privada no desenvolvimento dos recursos dos países estrangeiros e desencorajar na medida do possível a prática de monopólio e de cartelização. Naturalmente, a “prática de monopólio e de cartelização” visava atacar o controle estatal de recursos estratégicos (o monopólio estatal do petróleo, por exemplo) e não a ação oligopolista do capital internacional. Por outro lado, foi implementado um programa de intensa colaboração militar com os Estados Unidos e levadas de oficiais brasileiros estagiaram nos organismos de treinamento estadunidenses, além disso, outros acordos como o Programa de Assistência Militar (PAM) e o Acordo de Assistência e Defesa Mútua também foram assinados⁴². Aos defensores dessas duas espécies de acordos os nacionalistas chamavam pejorativamente de “entreguistas”.

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi criado em fins da década de 1950, com o propósito declarado de defender a democracia dos ataques que vinha sofrendo por parte dos nacionalistas, sindicalistas, comunistas e, em última instância pelo próprio governo no qual os empresários e militares de direita não confiavam. Havia uma estreita vinculação entre o IBAD e a ESG, assim como com o CONCLAP (Conselho das Classes Produtoras), criado em 1955. O objetivo verdadeiro do IBAD, conforme demonstra Dreifuss era promover o ativismo político e moldar a opinião pública no intuito de defender uma via de industrialização mais condizente com os interesses multinacionais. Garantir o alinhamento do país com os interesses hemisféricos americanos era outro objetivo seu e graças a isso um dos seus canais de ação, a ADEP, era patrocinada pela CIA. Em 1962, o conjunto de opositores ao governo Goulart recebeu mais um reforço, a criação do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais). A interpenetração de todos esses organismos entre si e destes com os empresários multinacionais e associados e escritórios técnicos de consultoria (como a CONSULTEC) configurava uma aglutinação política de classe com uma coesão raramente vista na nossa história⁴³.

⁴² Idem, p.79.

⁴³ Idem, pp. 102, 103 e 104.

Um cuidado todo especial era dedicado à formação da opinião pública. O órgão criado para essa finalidade tinha por objetivo: “desenvolver a penetração ideológica, neutralizar a oposição, protelar a organização política das classes trabalhadoras industriais e impedir a consolidação da posição nacional-reformista dentro das forças armadas, assim como a formação de favoráveis clivagens políticas e apoio ativo dentre o amplo público das classes médias...”⁴⁴

Seria despropositado retomar aqui todas as ricas informações que Dreifuss nos fornece dessa rede que se teceu no início dos anos sessenta, cujo objetivo manifesto era elaborar propostas alternativas para todas as reformas e atrair especialistas e técnicos de todas as áreas do saber para o seu campo de ação. Mas pode ser útil fazer referência a um exemplo de proposta alternativa: a da questão agrária.

Com a vitória da Revolução cubana em 1959, a influência política dos EUA sobre a América Latina sofreu um abalo sensível e levou, em 1961, a administração Kennedy a lançar um programa político-econômico para os 10 anos seguintes: a *Aliança para o Progresso*, um claro reflexo da preocupação imposta pela recente experiência comunista na América. O programa da Aliança para o Progresso se baseou, em grande medida, nos programas da doutrina Truman e do Plano Marshall, adaptados para a América Latina⁴⁵. Um dos pontos fortes do programa da Aliança era a reforma agrária. Todos os governos latino-americanos foram estimulados a elaborarem projetos de reforma agrária sob pena de não receberem a ajuda prevista no programa. O IPES e o IBAD se dedicaram ao tema, para propor algo distinto da reforma agrária propugnada pelos integrantes da Liga Camponesa, pelo PCB ou pelos órgãos do governo Goulart. A reforma deveria ser desenhada por especialistas e encetada após a tomada do poder pelas forças liberais no plano econômico, pró-americanas no plano das relações externas e “anti-populistas” no plano sócio-político. Fizeram parte do grupo de estudos sobre a reforma agrária José Arthur Rios, Paulo de Assis Ribeiro, e José Rubem Fonseca, entre outros.

O tipo de reforma agrária visada aparece descrito na “Carta de Pato Branco”, reunião de lavradores e pecuaristas com líderes da Cruzada Democrática do Estado do Paraná e do IPES. Ela deveria ser entendida “não como simples distribuição, redistribuição ou subdivisão da propriedade, mas como um conjunto de medidas que, harmoniosamente articuladas com as de outras reformas de base, visem à criação de uma classe média rural e à garantia do uso adequado da terra; melhoria da renda per capita e do aumento do poder aquisitivo da população rural; da melhoria das relações entre a agricultura e a indústria; da maior justiça nas relações de trabalho agrícola e na remuneração desse trabalho através de leis específicas de seguridade social; do

⁴⁴ Idem, p. 193.

⁴⁵ A. Pollini Jr., *A Aliança para o Progresso versus o Consenso de Washington: recomendações dos organismos econômicos internacionais*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia, Unicamp, 1999.

desenvolvimento da sindicalização rural; do aperfeiçoamento dos métodos de tributação da terra e dos sistemas de crédito agrícola; da expansão das organizações cooperativas; e da ampliação da assistência educacional e sanitária das áreas rurais”⁴⁶.

O caráter moderado e reformista desse documento aliado à participação dos golpistas na reunião que o gerou mostra como, por um lado procurava-se retirar do governo toda legitimidade para realizar as reformas e conspirava-se para derrubá-lo, mas, por outro a bandeira da reforma modernizante era empunhada. Como se sabe o grande empecilho para a realização da reforma agrária era o dispositivo constitucional que obrigava a indenização prévia em dinheiro para a desapropriação das terras improdutivas e o Congresso Nacional relutava em removê-lo, porém logo após o golpe de 64 a Constituição foi emendada para permitir a aprovação do Estatuto da Terra⁴⁷.

A articulação de tantos atores e facções tão diversas como o grupo de “linha dura” da ESG, os extremistas de direita e os “tradicionalistas” conscientizados de seus interesses comuns pelos ativistas do IPES e do IBAD, foi conseguida, ao que parece, sem que os diferentes grupos participantes compreendessem plenamente as implicações nacionais mais amplas e o total significado político e econômico dos acontecimentos de que participariam⁴⁸.

Do seu lado, no final do ano de 1962, o governo Goulart tentou colocar em prática o *Plano Trienal de desenvolvimento econômico e social, 1963-65*, elaborado por Celso Furtado cujos objetivos já foram objeto de análise, chegando-se à conclusão de que ele “caracterizava-se por diagnóstico bastante ortodoxo da aceleração inflacionária no Brasil, enfatizando o excesso de demanda via gasto público como sua causa mais importante. O receituário proposto, embora gradualista – em vista, entre outras razões, dos níveis inéditos alcançados pela taxa inflacionária -, era semelhante ao de outros programas de estabilização adotados no passado: correção de preços defasados, redução do déficit público e controle da expansão creditícia no setor privado”⁴⁹.

Existe controvérsia na avaliação das causas da recessão que se seguiu. Para alguns havia uma relação causal entre o programa de estabilização do Plano Trienal e o início da recessão, para outros, esta era devida a razões de natureza estrutural e tendências de longo prazo da

⁴⁶ R. Dreifuss, ob. cit., Anexo M.

⁴⁷ Para uma avaliação crítica do Estatuto da Terra ver J. G. da Silva, *Reforma Agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento*, Rio de Janeiro Zahar, 1971 e L. Osório Silva, “As leis agrárias e o latifúndio improdutivo” in *São Paulo em Perspectiva*, Revista da Fundação Seade, Volume 11, nº2, Abr/Jun 1997, pp.15-25.

⁴⁸ R. Dreifuss, ob. cit., p.397.

⁴⁹ M. Paiva Abreu, “Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964” in M. P. Abreu (org.), *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*, Rio de Janeiro, ed. Campus, 1989, p. 206. O próprio Celso Furtado, em *A Fantasia desfeita*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.166, admite que na época já estava claro que o plano fracassara.

industrialização brasileira. Mas não é o caso de aprofundar a polêmica aqui. O que interessa registrar é que além de não conseguir dar início às reformas (por obstáculos de natureza política) o governo e as forças nacionalistas que o apoiavam se viram às voltas com uma crise econômica agravada ainda mais pela ação intencionalmente agressiva das classes produtoras para deslegitimar o governo.

O último capítulo antes da queda foi o comício de 13 de março, na Central do Brasil, quando Jango anunciou a encampação das refinarias particulares e a desapropriação das terras ladeando os eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União. As forças golpistas plenamente organizadas ganharam a adesão das camadas médias que foram manifestar nas ruas seu descontentamento e o “esquema militar” de Goulart desmoronou tão rapidamente a ponto de surpreender os próprios golpistas. Em 36 horas o movimento contava com o apoio da totalidade dos comandos militares⁵⁰.

Os anos que decorreram entre a redemocratização de 1945 e o golpe de 1964 contêm preciosos ensinamentos sobre a vida republicana, as forças armadas, a luta ideológica e o processo de industrialização nos países atrasados. Conquanto essa quadra da vida nacional apresente aspectos contraditórios, erráticos e até aleatórios no cômputo geral o embate se deu em torno de distintas estratégias de desenvolvimento e distintos projetos nacionais. Os militares apoiaram a partir de 1930 um projeto de desenvolvimento nacional baseado na industrialização, no fortalecimento do Estado e na exclusão das massas populares das decisões políticas. Em 1964, o que estava em questão era fundamentalmente o grau de participação que as camadas populares teriam na escolha das opções que se apresentavam naquele momento. Nesse sentido, como bem argumenta Ricardo Silva⁵¹ o pensamento “autoritário” não desapareceu junto com o Estado Novo – aliás, basta pensar em *como* acabou o Estado Novo para concordar com essa afirmação. Nos anos 50 e 60 ele ressurgiu revigorado, subordinando a política à teoria da Segurança Nacional. A semente tinha sido plantada já nas reformas de Góes Monteiro: transformar o projeto do Exército em projeto nacional e o corpo de oficiais num corpo tecnocrático, o mais longe possível do modelo de oficial desenhado por Benjamin Constant.

⁵⁰ Esse fato notório desmancha qualquer evidência de que os dois lados em luta em 1964 eram “golpistas”. O proplado “esquema militar” de Jango não estava preparado nem para defender os poderes constituídos, como era sua obrigação, quanto mais para ampliar os poderes do infausto presidente.

⁵¹ Ricardo Silva, *A ideologia do Estado...*, ob. cit. p.326.

Bibliografia

- Abreu, M. Paiva. “Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964” in M. P. Abreu (org.), *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*, Rio de Janeiro, ed. Campus, 1989, p. 206.
- Baer, Werner. *Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro*, Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- Bastos, Pedro Paulo. *A dependência em progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises no Brasil (1890-1954)*. Tese de doutorado. Instituto de Economia da UNICAMP, 2001.
- Belo, José Maria. *História da República*, São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976.
- Bielschowsky, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro 1930-1964*, 4ª edição, Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, 2002.
- Carvalho, José Murilo de. “Armed Forces and Politics in Brazil”, *Hispanic American Historical Review*, V.62, N.2, maio 1982, p.194.
- _____. “Forças Armadas e Política, 1930-1945” in *A Revolução de 30. Seminário Internacional*, ...ob. cit., pp.109-187.
- Coelho, Edmundo Campos. “Forças Armadas: Autonomia e Hegemonia” in *A Revolução de 30. Seminário Internacional*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980, p. 251.
- _____. *Em Busca de Identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1976.
- Corsi, Franciso Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*, São Paulo: UNESP/FAPESP, 2000.
- Coutinho, Lourival. *O General Góes depõe*, Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956.
- Draibe, Sonia Miriam. *Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- Dreifuss, René. *1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- Feres Jr., João. *A história do conceito de “Latin América” nos Estados Unidos*, São Paulo: Edusc/Anpocs, 2005.
- Figueiredo, Eurico de Lima (org.). *Os militares e a Revolução de 30*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- Fonseca, Pedro Cezar Dutra da. *Vargas: o capitalismo em construção, 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- Furtado, Celso. *A Fantasia Desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- Gerschenkron, A. *El Atraso Económico en su Perspectiva Histórica*, Barcelona, Ariel, 1968.
- Hilton, Stanley. « The Armed Forces and Industrialists in Modern Brazil: the Drive for Military Autonomy (1889-1954) », *Hispanic American Historical Review*, vol.62, N.4, novembro 1982, pp. 629-673.
- _____. “The overthrow of Getúlio Vargas in 1945: Diplomatic Intervention, Defense of Democracy, or Political Retribution?” in *Hispanic American Historical Review*, Vol.67, N.1, fevereiro 1987, pp.1-37.
- Huntington, S.P., *The Soldier and the State. The theory and Politics of civil-Military relations*. Cambridge Mass.: Harvard University Press, 1957.
- Janowitz, Morris. *The military in the political development of New Nations: an essay in comparative analysis*, Chicago, Univ. of Chicago, 1964.
- Johnson, John. (ed.), *The role of the military in underdeveloped countries*, Princeton University Press, 1962.
- Lieuwen, Edwin. *Arms and Politics in Latin America*, New York: Council on Foreign Relations/Frederick Praeger Publisher, 1961.

- Lima, Heitor Ferreira. *História Política, Econômica e Industrial do Brasil*, 2a. ed., SP, Cia. Ed. Nacional, 1976.
- Lima, Valentina da Rocha. *Getúlio: uma história oral*. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- Luz, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização do Brasil*, 2a.ed.,SP, Alfa-Omega, 1975.
- Moraes, João Quartim de. *Les militaires et les régimes politiques au Brésil de Deodoro a Figueiredo (1889-1979)*, Paris Fondation Nationale de Sciences Politiques, tese de doutorado de Estado, 1982.
- _____. *A Esquerda Militar. Da Coluna à comuna*, São Paulo: Siciliano, 1994.
- Moura, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira (1935-1942)*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- Pollini Jr., A. *A Aliança para o Progresso versus o Consenso de Washington: recomendações dos organismos econômicos internacionais*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia, Unicamp, 1999.
- Revista do Clube Militar*. Ano VI ao XXVI. 1944 a 1964.
- Rouquié, Alain. *Pouvoir Militaire et Société Politique en République Argentine*, Paris : Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, 1978.
- Santa Rosa, Virgínio. *O sentido do tenentismo*, Rio de Janeiro, 1933.
- Silva, J. G. da. *Reforma Agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento*, Rio de Janeiro Zahar, 1971.
- Silva, Ligia Osório. “A crise política do Quadrênio Bernardes: repercussões políticas do ‘caso Itabira Iron’” in H. de Lorenzo e W.P. Costa, *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*, 2ª edição, São Paulo, 1997, p.15-35.
- _____. “As leis agrárias e o latifúndio improdutivo” in *São Paulo em Perspectiva*, Revista da Fundação SEADE, Volume 11, nº2, Abr/Jun 1997, pp.15-25.
- _____. “Desenvolvimentismo e intervencionismo militar”, *Idéias*, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Ano 12(2)/13(1), 2005/2006, pp.11-40.
- Silva, Ricardo. *A ideologia do Estado Autoritário no Brasil*, Chapecó: Argos, 2004.
- Smallman, Shawn . *Fear & Memory in the Brazilian Army and Society (1889-1954)*, Chapel Hill:University of North Carolina Press, 2002.
- Sodré, Nelson Werneck. *A História Militar do Brasil*, 3ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*, 2ª edição, Rio de Janeiro, ISEB, 1960.
- _____. *A verdade sobre o ISEB*, Rio de Janeiro: Avenir, 1978.
- Suano, Marcelo José Ferraz. *O pensamento político e militar do general Góes Monteiro*. Dissertação de Mestrado. FFLCH da USP, 1997.
- Toledo, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de Ideologias*, 2ª edição, Campinas: editora da UNICAMP, 1997.